



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

O Direito e sua Complexa Concreção 3

Atena
Editora
Ano 2020



Douglas Santos Mezacasa
(Organizador)

O Direito e sua Complexa Concreção 3

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

D598 O direito e sua complexa concreção 3 [recurso eletrônico] /
Organizador Douglas Santos Mezacasa. – Ponta Grossa, PR:
Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-33-1
 DOI 10.22533/at.ed.331200603

1. Direito. 2. Direito e sociedade. 3. Direito – Aspectos sociais.
I. Mezacasa, Douglas Santos.

CDD 340

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Pensar na concretude do direito na contemporaneidade dentro das relações jurídicas nos exige conjecturar que as normas se ocupam de diferentes espaços, percepções, áreas, culturas, métodos de reflexão e de interpretações das mesmas. O direito e a realidade se unem para questionar em que medida a norma está sendo aplicada no âmbito jurídico no intuito de efetivar os direitos e garantir a justiça social dos cidadãos. Porém, trata-se de uma aderência complexa e específica que necessita de análises científicas inter-relacionadas com as áreas das ciências jurídicas.

Partindo pela busca dessa essencialidade e aproximação da eficácia da aplicação da norma no sistema jurídico, a Atena Editora lança a sua terceira edição da coletânea intitulada “O Direito e sua Complexa Concreção 3”, coleção composta por vinte e dois capítulos que conecta pesquisadores especialistas, mestres e doutores de instituições localizadas de todas as áreas do Brasil. Trata-se de uma obra que discute temáticas variadas de todos as searas das grandes áreas das Ciências Jurídicas. De maneira geral, os capítulos, que abordam esses espaços, estruturam-se com o objetivo de analisar a aplicação das fontes do direito como forma de reflexão acerca da sua concretude e eficácia aos casos concretos.

Essa terceira edição realizada em formato de e-book, traz inovações nas pesquisas jurídicas e nas áreas de concentração do direito contemporâneo. Nesse sentido, a coletânea abordará temas relativos ao desenvolvimento do sistema de regulamentação do comércio e do direito internacional, assuntos que permeiam a justiça militar brasileira, o sistema prisional e suas especificidades, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as questões processuais no âmbito civil, administrativo e penal, a democracia, entre outros temas que compreendem os valores morais e culturais da sociedade com a consequência de criação e evolução das normas e suas concretudes.

Dessa forma, temas diversos e interessantes são, deste modo, discutidos aqui com a proposta de fundamentar o conhecimento de acadêmicos, mestres, doutores e todos aqueles juristas que de alguma forma se interessam pela ciência jurídica e pelo Direito. Possuir um material acadêmico que reflita a evolução de diferentes áreas do direito e da sociedade, de forma temporal, com dados e resultados substanciais e concretos torna-se muito relevante para o campo da pesquisa no Brasil.

Deste modo a obra O Direito e sua Complexa Concreção 3 apresenta uma teoria bem fundamentada nos resultados práticos obtidos pelos diversos professores, acadêmicos e pesquisadores que arduamente desenvolveram seus trabalhos que aqui serão apresentados de maneira concisa e didática. Sabemos o quão importante é a divulgação científica, por isso evidenciamos também a estrutura da Atena Editora capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO	
Adelcio Machado dos Santos Luciane Piacentini	
DOI 10.22533/at.ed.3312006031	
CAPÍTULO 2	14
A LEI 13.491/2017 E OS SEUS REFLEXOS NA JUSTIÇA MILITAR	
Adriano Diogo Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.3312006032	
CAPÍTULO 3	25
A LEX MERCATORIA, OMC E O CASO EC – HORMONES WT/DS26 E WT/DS48 16/01/1998: O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE REGULAMENTAÇÃO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL	
Vanessa Bueno Sampaio Clarissa do Nascimento Ortiz Jayme	
DOI 10.22533/at.ed.3312006033	
CAPÍTULO 4	36
A TRIVIALIZAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA	
Igor Matheus Bueno da Rocha Andrekonski Alberto Luiz Hanemann Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.3312006034	
CAPÍTULO 5	48
A VIGILÂNCIA DOS DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES FRENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL	
Pedro Henrique Hermes Roberta de Oliveira Sutel Rosane Leal da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.3312006035	
CAPÍTULO 6	59
AS RELAÇÕES DE PODER E DECISÃO NA AMÉRICA LATINA: REVISITANDO O AUTORITARISMO E AS IMPLICAÇÕES NA DESCONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA	
Barbara Belnoski	
DOI 10.22533/at.ed.3312006036	
CAPÍTULO 7	74
CONCURSO PÚBLICO E O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA – ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	
Mariana Jorge Ana Luiza Chalusnhak	
DOI 10.22533/at.ed.3312006037	

CAPÍTULO 8	88
DEFENSORIA PÚBLICA COMO A GUARDIÃ DOS ENCLAUSURADOS HIPOSSUFICIENTES	
Mariana Fernandes Barros Sampaio Igor Tavares dos Santos Vitor Josias Gomes dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.3312006038	
CAPÍTULO 9	101
DEPOIMENTO ESPECIAL E VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UMA ANALOGIA ENTRE A LEI 13.431/2017 E A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS	
Maria Moreno do Amaral Douglas Santos Mezacasa Alessandra Trevisan Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.3312006039	
CAPÍTULO 10	114
DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS: REFLEXÃO E ESTUDO NO INTERIOR DAS LEGISLAÇÕES	
Gabriela Martins da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.33120060310	
CAPÍTULO 11	127
EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES EMPRESARIAIS PRIVADAS	
Krislayne Maria Sandini da Silva Marcello Sgarbi	
DOI 10.22533/at.ed.33120060311	
CAPÍTULO 12	138
A MEDIAÇÃO DAS DEMANDAS FAMILIARES NO REGIME DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	
Rosane Gollo Coffy Vera Maria Calegari Detoni	
DOI 10.22533/at.ed.33120060312	
CAPÍTULO 13	156
NEOCONSTITUCIONALISMO E O FORTALECIMENTO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
Geilsa kátia Sant'ana	
DOI 10.22533/at.ed.33120060313	
CAPÍTULO 14	167
O INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL E A RESOLUÇÃO N° 154/2012	
Marcia Conceição dos Santos Gabriel de Castro B. Reis	
DOI 10.22533/at.ed.33120060314	

CAPÍTULO 15	184
O MITO DA “INTERVENÇÃO MILITAR CONSTITUCIONAL” NO CONTEXTO DAS CONVULSÕES E SOBRESSALTOS INSTITUCIONAIS DA HISTÓRIA RECENTE BRASILEIRA	
Alexandre Gallina Krob	
DOI 10.22533/at.ed.33120060315	
CAPÍTULO 16	196
O PAPEL DA GOVERNANÇA GLOBAL NA RECONFIGURAÇÃO DO DIREITO NO HORIZONTE DA MODERNIDADE REFLEXIVA: UMA APRESENTAÇÃO	
Julia Martins Tiveron	
DOI 10.22533/at.ed.33120060316	
CAPÍTULO 17	208
O SUICÍDIO COMO GRAVE PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA: UMA VISÃO SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS E A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO	
Diego dos Santos Difante	
DOI 10.22533/at.ed.33120060317	
CAPÍTULO 18	221
OS DESAFIOS DA CRISE CONTEMPORÂNEA DAS DEMOCRACIAS PARA A EFETIVAÇÃO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
Aline Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.33120060318	
CAPÍTULO 19	233
REFLEXOS DO MOVIMENTO EM REDE #METOO NA FORMAÇÃO DA CONVENÇÃO 190 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO	
Fernanda Juliane Brum Corrêa	
DOI 10.22533/at.ed.33120060319	
CAPÍTULO 20	247
TESTAMENTO VITAL E A LIMITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO MÉDICO	
Jucelaine Germano de Mattos Stadler	
Fabiana Baptista Silva Caricati	
DOI 10.22533/at.ed.33120060320	
CAPÍTULO 21	257
UMA ANÁLISE DO <i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i> E SUAS APLICAÇÕES JURÍDICAS	
Beatriz Guimarães Menezes	
Edilson dos Santos Oliveira Neto	
Lara Gomes Pontes Pessoa	
Pedro Vieira Maciel	
Milke Cabral Alho	
DOI 10.22533/at.ed.33120060321	

CAPÍTULO 22	268
A LEI 13.869/2019 E A ATUAÇÃO RECEOSA DAS AUTORIDADES PÚBLICAS	
<i>Adriana Cristina Dias Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.33120060322	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	282
ÍNDICE REMISSIVO	283

AS RELAÇÕES DE PODER E DECISÃO NA AMÉRICA LATINA: REVISITANDO O AUTORITARISMO E AS IMPLICAÇÕES NA DESCONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA

Data de aceite: 27/02/2020

Barbara Belnoski

Participante do Grupo de Pesquisa Direito e Literatura – Centro Universitário Curitiba - UNICURITIBA. Curitiba – PR. email: brbadv@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6005098630791907>

RESUMO: A incapacidade de compreender e realizar a democracia assumiu diversas faces na América Latina, em diferentes momentos de sua história, A tradição autoritária marcada pela desvalorização da participação política e fragilidade das instituições sempre expôs, com inesquecível presença, as relações de poder e decisão, típicas do cenário latino americano. As estratégias de apropriação do poder político, no sentido de elevação da autoridade e dominação, resultaram em uma importante temática histórica apresentada pela literatura. A personificação do autoritarismo em governantes, afetada por desmandos, arbitrariedades e imposições injustificadas é testemunhada na estrutura narrativa de ‘Sabres e Utopias’, obra do peruano Mario Vargas Lhosa. O estilo forte e inovador aborda as ameaças à credibilidade das democracias, como um ato corajoso de denúncia e de chamada à consciência. Em momentos de crise e diluição de valores, torna-

se reação comum da sociedade a busca por soluções rápidas para amenizar a tragédia do viver. O surgimento de um salvador dotado de virtudes carismáticas, capaz de trazer uma nova época de verdade e justiça, ao enaltecer valores e sentimentos tradicionais, não é fato novo nas referências histórico-culturais da América Latina. O Brasil, em especial, foi pródigo em movimentos intitulados como messiânicos-milenaristas pelos cientistas sociais, a citar, como exemplo, o caso do Contestado e Canudos. Os líderes messiânicos brasileiros envolveram-se em lutas políticas, mas sempre como aliados de mandatários locais e regionais. Tais movimentos traduzem os momentos de anomia de uma sociedade por meio do único canal possível de expressão de insatisfação. A metodologia utilizada será bibliográfica com o objetivo de tornar o trabalho um espaço teórico para se pensar o Direito, em suas conexões com outras práticas artísticas e reflexões críticas, a partir de diferentes perspectivas, não como um campo fechado, mas como um movimento em direção a tudo o que o transforma. A partir de produções literárias, o artigo se propõe a ampliar o diálogo entre Direito e Literatura, como forma de interpretar os recentes acontecimentos político-sociais da América Latina, sobretudo do Brasil, e as suas implicações na desconstrução da estrutura democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Direito, Literatura, Poder

ABSTRACT: In Latin America, the inability to understand and effectuate democracy has taken on many shapes and forms at different times throughout its history. The authoritarian tradition marked by the deliberate erosion of political participation and democracy's inherent weaknesses has exposed, with unforgettable presence, the relationship between power and decision, so typical of the Latin American political structure. Strategies of appropriation of political power, in reference to authority and domination, has resulted in an important topic presented by the literature. The personification of authoritarianism in political figures, affected by unjustified misconduct, arbitrariness, and imposition is witnessed in the narrative of "Sabers and Utopias", by Peruvian Mario Vargas Llosa. The strong and innovative style addresses threats to the credibility of democracies, as a courageous act of denunciation and a call to conscience. In moments of crisis and weakness of values, it becomes a common reaction of society to search for quick solutions in order to mitigate the hardships of living. The attraction of a savior-demagogue endowed with charismatic virtues, capable of bringing about a new movement of truth and justice by praising traditional values and feelings, is not a new concept in historical-cultural references of Latin America. Brazil, in particular, was rife with movements called messianic-millennialists, e.g., the case of Contestado and Canudos. Brazilian messianic leaders engaged in such struggles but always with the complicit support of local and regional representatives. Such movements may explain the moments of societal anomie through the only possible channel to express dissatisfaction. The methodology used here will be bibliographic, with the objective of making the work a theoretical space to think about the law in its connections with other artistic practices and critical reflections from different perspectives, i.e., not as a closed field, but as a metamorphic movement effectuating a transformative change. Based on literary publications, the article proposes to expand the dialogue between law and literature as a way of interpreting recent political and social events in Latin America and Brazil, and the inherent implications of the deconstruction of the democratic structure.

KEYWORDS: Law, Literature, Political power, Authoritarianism, Democracy.

1 | INTRODUÇÃO

Um Brasil melhor. A expressão encerra a pretensão de todo brasileiro sobre a condução dos rumos do país a cada nova eleição. A esperança em avançar, no que se refere a fortalecimento das instituições políticas, crescimento econômico e social, gestão responsável de gastos públicos, competência administrativa e jurídica parece evidente a todos os interessados em impulsionar uma economia capaz de favorecer a prosperidade.

No entanto, a sensação desconfortável de incerteza diante de práticas destinadas a resolver problemas políticos básicos ainda persiste em um Brasil

carente de discernimento político - institucional. Não basta apenas determinação política, é necessário fomentar a atividade econômica por meio de um agir idôneo, como forma de conferir condições adequadas para as pessoas, suscetíveis de lhes proporcionar oportunidades em direção a maior liberdade de escolha.

Na época atual, não é mais possível consentir com o processo de desaceleração da economia brasileira, nem ao menos com a adoção de práticas intituladas como salvadoras. Para atingir os propósitos econômicos e sociais é essencial aprovar medidas que viabilizem não apenas o aumento da produtividade, como também resolvam os impasses monetários e fiscais. Não se trata de tarefa das mais fáceis, dado que exige a efetivação de programas de ação de curto, médio e longo prazo, além de perseverança e tempo dos gestores de política econômica.

A melhoria continuada das condições de vida da população depende, entre outros fatores, da abertura da discussão pública como meio de proporcionar a mudança social. A contribuição da democracia no Brasil, não se deve limitar, tão somente, a evitar fracassos econômicos, mas também a favorecer a intensa participação popular, envolvendo críticas e sugestões sobre as reformas, com o propósito de consolidar os processos de mudança. A democracia, portanto, não se restringe à possibilidade de exercer o direito ao voto, pressupõe um comprometimento constante com o Estado Democrático de Direito.

A feição política recente tem trazido à tona reflexões acerca da forma de organização das relações de poder e de decisão. A temática não é inédita. A Carta do achamento, de Pero Vaz de Caminha foi o primeiro documento a registrar, em nome de um poder estatal, a fundação da autoridade e a apropriação do poder político. Os conquistadores colocaram em cena, nessa primeira chegada às terras do Brasil, o domínio sobre o outro, a posse de territórios e a constituição de tempos e espaços. Mesmo após a independência e a república, a estrutura arcaica do Estado Nacional reforçou a preservação dos interesses locais sobre o poder central, o que contribuiu para a manutenção do domínio e a estagnação das mudanças político – sociais.

Outro modo de formação de um lugar de poder, de uma estratégia de dominação foi com a publicação do AI-5, nos anos 1960, no qual restringia direitos civis com a proibição de atividades ou manifestações sobre assunto de natureza política e circulação em determinados lugares. Em diferentes momentos históricos, é possível perceber as estratégias de apropriação estatal e a elevação da autoridade. Há várias obras de caráter artístico, como os Sertões, de Euclides da Cunha, e a escultura “Lute”, de Rubens Gerchman, para citar algumas, que convidam a modificar a percepção sobre a intervenção política no espaço público.

Nessa linha, o artigo se propôs a representar, com o apoio em recursos literários, o caleidoscópio político da América Latina, dando ênfase ao Brasil, e assim refletir sobre a realidade social. Mario Vargas Lhosa, escritor peruano, em Sabres e Utopias,

dá, a seu modo, um rico testemunho sobre a história latino americana, daquilo que fomos forçados a ser, daquilo que acabamos por ser e daquilo que desejamos e podemos ser. Os enredos de Vargas Lhosa habitam uma América Latina marcada por desigualdades sociais, corrupção política, violência e uma constante desesperança.

2 | A INSTAURAÇÃO DA AUTORIDADE E A CONSAGRAÇÃO DA DOMINAÇÃO NAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS

Não se promete o que não se pode cumprir, e menos, quando a intenção é contrária a proporcionar uma vida livre. As denúncias de opressão e sofrimento levadas a conhecimento, pelos mais diversos movimentos artísticos, dentro da América Latina, mostraram, em diferentes fases, como um governo autoritário tem o poder de amordaçar o seu povo. Não se constrói uma democracia apoiada em ações impositivas e desmandos injustificados. O uso desmedido de poder pode satisfazer aos interesses de quem governa, mas não atende as necessidades urgentes de uma sociedade.

O compromisso de luta por uma vivência mais digna, na maioria das vezes, recebe apoio daqueles que encontram, na figura do salvador, o único canal para expressar a angústia de existir. A vontade de um único homem não deve, em tempo algum, convir à escravização da coletividade, a serviço de pretensas forças históricas e processos de retorno à moral e aos bons costumes.

O uso de posição política para beneficiar a si próprio, familiares e aliados, demonstra não apenas carência de sensibilidade e distorção de caráter, mas a completa falta de implicação na formação da democracia. A ausência de limites no exercício do comando de um governo, simboliza a irresponsabilidade, daquele que detinha a obrigação ética e funcional de proporcionar o crescimento de seu país.

Há inúmeras situações na história latina - americana, que servem como exemplo problemático das questões políticas envolvendo a máxima crueldade da realidade, reduzida em conformismo e desalento por seu povo. A natureza dessa forma de dominação, que num sentido maior é, na verdade apolítica, evidencia-se pelo aprisionamento dos anseios das massas conduzido por uma impotência de agir.

Revisitar o passado, na atual conjuntura, faz-se necessário para melhor compreender as várias táticas utilizadas para a apropriação do poder político e consolidação da dominação.

Um dos documentos mais interessantes sobre o modo como a escrita pode tornar pública a fundação de um lugar de poder é a Carta de achamento¹, de Pero Vaz de Caminha.

1 "A Carta de Pero Vaz de Caminha". Disponível em http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em 21/09/2019. Todas as citações provêm dessa mesma fonte.

Na qualidade de escrivão, Caminha, passa a narrar ao rei o encontro dos conquistadores portugueses com os primeiros sinais de terra, que logo após avistarem, batizaram como Vera Cruz. Para além do espanto, com a falta de vestimentas dos indígenas, a carta desenvolve toda uma performance para contar como os desbravadores tomaram a posse da terra em nome do poder estatal. A minuciosa medição do território, marcada pela descrição precisa das coordenadas por léguas e braças, foram fundamentais para apropriação e ocupação da nova terra.

Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas de terra, surgimos âncoras, em dezenove braças - ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, treze, doze, dez, e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos.²

Na sequência, a carta de Caminha trata de detalhar a celebração da primeira missa em terras descobertas, praticada logo após a chegada dos portugueses, o que marca o modo de dominação sobre os índios, com a clara intenção de estabelecer uma nova ordem.

Chantada a Cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiramente lhe pregaram, armaram altar ao pé dela. Ali disse missa o padre frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por esses já ditos. Ali estiveram conosco a ela obra de cinquenta ou sessenta deles, assentados todos de joelhos, assim como nós.

E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos de pé, com as xsmãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção.³

A atitude do europeu cristão, ao chegar na América, possuidor da verdade externada por Deus, era de uma superioridade absoluta. O impacto opressor colonizador foi tão marcante que se passou, mais à frente, a se questionar os efeitos do sistema colonial na formação da identidade latino-americana.

Em momentos e lugares diferentes, a ideia de autoridade e dominação foi objeto de ampla crítica na obra literária de Oswald de Andrade. O Manifesto Antropófago, publicado em 1928, foi uma referência no contexto latino-americano por ser um instrumento de resposta à opressão.

A nossa independência ainda não foi proclamada. Frase típica de D. João VI: - Meu filho, põe essa coroa na tua cabeça, antes que algum aventureiro o faça. Expulsamos a dinastia. É preciso expulsar o espírito bragantino, as ordenações e o rapé de Maria da Fonte.

2 CAMINHA, op.cit

3 CAMINHA, op.cit.

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.⁴

Mais do que a busca de uma forma de vida menos violenta e submissa, o manifesto oswaldiano apostou em um novo ser humano vivendo em uma sociedade mais solidária e sem qualquer imposição herdada do colonialismo. Para a vida contemporânea, tanto na pretensão de uma vivência ética e autônoma, quanto, na experiência coletiva política, o Manifesto Antropófago abriu espaço para uma discussão política concreta e relevante.

Por outro lado, a tomada de poder pelos militares, em diversas partes do continente sul-americano, gerou uma variedade de manifestações artísticas para expressar e debater a turbulência sócio-política decorrente de regimes autoritários.

Uma das mostras mais instigantes é do artista plástico argentino Horacio Zabala⁵. Por meio de apropriações cartográficas, as criações de Zabala transformaram os mapas da América Latina e da Argentina, de forma artística, com o objetivo de questionar a instabilidade política e a violência vivenciada na época do regime militar.

Seus mapas artísticos⁶ não somente documentaram um importante período histórico, como também demonstraram uma visão de mundo relacionada ao autoritarismo instaurada na América Latina entre as décadas de 1960 e 1970.

É interessante refletir, como o fazer artístico, pode tornar-se ainda mais significativo diante de contextos de governos repressores. A título de exemplo, as produções de Rubem Gerchman⁷, ficaram conhecidas pelo uso da palavra escrita como recurso para se opor a situação política brasileira durante a ditadura militar.

A sua obra mais emblemática “Lute”⁸ (1968) trata-se de uma escultura formada por quatro letras vermelhas de ampla dimensão, posicionada em avenidas importantes do Brasil, cujo produto final consistia na palavra “Lute”, com o propósito não apenas de dificultar o trânsito, mas também de provocar o clamor social contra a repressão militar. Contra as palavras de ordem, as obras de Gerchman incentivaram a uma atividade de interpretação, ao serem colocadas em espaços públicos, além do sentido claramente político, exigiam a atuação ativa do espectador.

Como visto, as personificações artísticas não apenas mudam o modo como um país é percebido, em momentos de vulnerabilidade política, mas também tornam a

4 ANDRADE, Oswald. Manifesto Antropófago. 1928.

5 Nascido na Argentina em 1943. Foi integrante do Grupo de los Trece, círculo formado por artistas experimentais.

6 SALES, Carla Monteiro. Mapas artísticos de Horacio Zabala na ditadura militar argentina. Terra Brasilis (Nova Série) [on line], Disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/2450>. Acesso em 28 de outubro de 2019.

7 Artista plástico brasileiro influenciado pelo pop-art, arte concreta e neoconcreta.

8 Macêdo, Érika Sabino de, & Chisté, Priscila de Souza. Um percurso dialógico para a leitura da obra de Rubens Gerchman. Disponível em: . Acesso em 30 de outubro de 2019. <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakh-tiniana/article/download>

ocupar um lugar para contar algo, por meio da relação com as instituições, e com o que elas deixam de dizer.

A distância, entre o discurso e as ações, no exercício de um governo, provocam, ao longo do tempo, uma série de excessos tendentes a um generalizado descontrole social. É apoiado neste sentimento de mal estar causado por um ambiente opressivo que artistas produzem obras marcadas por ironia e ambivalência, a nos provocar a reflexão sobre o que estamos a vivenciar.

3 | MARIO VARGAS LHOSA: DEFENSOR DA DEMOCRACIA E DA LIBERDADE.

O ciclo de obras que compõem, o que se pode chamar de painel histórico da autoridade e dominação, está reunido no presente artigo, com destaque aos escritos de Mario Vargas Lhosa.

O engajamento com as questões políticas renderam a Vargas Lhosa, nos anos de 1960 e 1980, a entrada promissora na literatura latino-americana. Com uma intensa produção, Vargas Lhosa, ingressou no universo literário revelando uma América Latina marcada pela pobreza e ignorância, resultado da violência e corrupção, existentes em seu tempo.

Em seu conjunto, os livros de Mario Vargas Lhosa, divulgam de forma documental a autoridade e a imposição dos mais fortes. Os questionamentos existenciais decorrentes da difícil vivência, no período da ditadura militar, convergem para uma desesperança e uma desistência do papel de sujeito na transformação social.

Há de se notar que as obras de Lhosa atravessam a sua época, o que se leva a pensar, com base em uma visão crítica e histórica, a respeito dos efeitos da corrupção para a credibilidade das democracias. As reformas malfeitas, e em certa medida, permeadas pela corrupção, associadas ao populismo e a demagogia patrioteira são, na visão de Vargas Lhosa, a causa principal do fracasso da América Latina.

O motivo pelo qual a corrupção medrou e destruiu várias das reformas empreendidas é a ausência de instituições sólidas, capazes de pôr um freio eficaz às negociatas e operações ilegais pactuadas entre o poder político e empresários mafiosos, para se enriquecerem por baixo do pano das reformas.⁹

As noções de justiça, democracia, direito, liberdade, avanço, reação, socialismo, revolução significam tantas coisas diferentes conforme a pessoa, o partido ou o poder que as utilize, que já não significam mais nada. Por isso, mais importante do que ouvir o que dizem é observar aquilo que fazem, e aplaudi-los ou repudiá-los não por seus ruídos, mas por suas ações.¹⁰

Como defensor da democracia e liberdade, Vargas Lhosa, em seu livro Sabres

9 LHOA, Mario Vargas. Sabres e Utopias. Visões da América Latina. Tradução: Bernardo Ajzenberg. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 201.

10 LHOA, op.cit, p.253.

e Utopias¹¹, sustenta a ideia de que a luta contra os abusos deve advir da consciência individual. Apesar de reconhecer que a eficiência do combate pode alcançar melhores resultados, quando se participa de alguma instituição, aposta na consciência do indivíduo, como o modo menos nefasto para enfrentar as arbitrariedades.¹²

Dessa perspectiva, é possível concluir que o exercício do poder deve apresentar limitações para não se transformar em um disfarce, por trás da qual se permite a corrupção e o autoritarismo. É preciso ter claro que as ameaças, as torturas, as discriminações, não atingem apenas a vítima, mas todos que estão imersos em um ambiente intolerante.

Com relação ao Brasil, o escritor, em “Sabres e Utopias”, não faz somente considerações interessantes sobre a obra “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, como também critica a postura de Lula, em uma de suas visitas a Cuba.

Para Vargas Lhosa, além de ser considerado um ensaio sociológico, “Os Sertões”, mostra “o que é e o que não é a América Latina”¹³

O que existe nela de semelhante e de diferente da Europa. E como as instituições, ideias, mitos, crenças, preconceitos, que para cá vieram com os europeus, modificaram-se por vezes tornaram-se o seu oposto, com resultados frequentemente catastróficos em solo americano. Poucos livros, em nossa história, mostraram, como “Os Sertões”, essa estranha, sutil metamorfose sofrida pelo europeu ao se combinar com o autóctone – homem, cultura e paisagem - para produzir uma especificidade latino-americana.¹⁴

De outra forma, a recusa em interceder pela libertação de presos políticos em Cuba é vista pelo escritor como uma afronta as regras democráticas. É desse modo, que Vargas Lhosa, descreve a atitude de Lula, quando posou para foto, junto às autoridades cubanas, ao mesmo tempo que, tinha conhecimento sobre a dramática situação suportada pelos presos.

A seleção dos ensaios que compõe “Sabres e Utopias” reconhece a democracia e o liberalismo como caminho fundamental para frear a pobreza, a ineficiência e a corrupção instalada pelos governos autoritários na América Latina.

Embora a democracia política e o livre mercado possam oferecer significativas contribuições não é o suficiente. Viver em um ambiente democrático depende não apenas de proporcionar o livre pensamento e condições básicas para uma vida digna, mas também implica o controle do poder para uma atuação capaz de garantir direitos e estabelecer limites.

Um sistema judiciário independente e comprometido com o cumprimento da Constituição e do sistema normativo é fundamental para tornar realidade às

11 LHOSA, Mario Vargas. Sabres e Utopias. Visões da América Latina. Tradução: Bernardo Ajzenberg. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 255.

12 LHOSA, op.cit, p. 255.

13 LHOSA, op.cit, p. 132.

14 LHOSA, op.cit, p. 132..

mudanças sociais. Nessa perspectiva, Vargas Lhosa apoia a ideia de que a ordem democrática somente pode ser consolidada, se houver um controle dos excessos praticados pelo poder.

Logicamente, salvo nas belas utopias dos anarquistas, não há como prescindir da existência de um poder. Mas é possível, sim, contê-lo e opor-lhe contrapesos para que não se exceda, que não se usurpe funções que não lhe competem e não sufoque o indivíduo, figura esta que nós, liberais, consideramos pedra fundamental da sociedade e cujos direitos devem ser respeitados e garantidos, pois, se forem feridos, desencadeia-se, inevitavelmente uma série exponencial de abusos que, como ondas concêntricas, levariam ao fim a própria ideia de justiça social¹⁵.

Uma das lições de Vargas Lhosa, a ser defendida, por todos os operadores do Direito, é a importância da literatura como recurso de democratização. Não há democracia sem condições necessárias para a sua concretização. Um verdadeiro sistema democrático não se faz, sem garantir, o exercício da efetiva participação da população.

4 | AUTORITARISMO, MESSIANISMO E POPULISMO NA AMÉRICA LATINA

O exercício do autoritarismo no Brasil apresentou o seu apogeu em dois momentos históricos distintos: com o Estado Novo (1937 – 1945) e com os governos militares (1964 – 1985). Apesar das singularidades inerentes a cada regime político, é importante analisar as diferenças e semelhanças para compreender melhor o padrão das relações de poder e decisão dominante durante os dois momentos históricos.

O Estado Novo, instituído por Getúlio Vargas, tornou-se conhecido por promover as manifestações patrióticas, cívicas e nacionalistas. A Era Vargas, como era chamada essa parte do período da história, foi marcada pelo incentivo à industrialização e ao processo de construção institucional. Mas não apenas por isso. Como precursor da ditadura militar, a Era Vargas propagou a ideia de que um governante regenera a sociedade e o Estado comanda a sua transformação e modernização.

Por sua vez, os governos militares mantiveram o caráter autoritário e nacionalista, mas deram um passo a mais, ao endurecerem o regime, por meio da promulgação, em 1968, do Decreto AI-5. A materialização do autoritarismo ocorreu pela supressão de direitos e limitação da liberdade de expressão, o que culminou em uma série de episódios marcados pela violência voltados àqueles que se opunham às regras impostas pelos militares. As perseguições discricionárias, conduzidas pelos órgãos de repressão, receberam uma aparência de licitude e juridicidade, com a implantação da Comissão Geral de Investigação, tornando-se o pilar básico do regime autoritário.

É interessante notar como líderes populistas podem distorcer a realidade para

15 Ibid, p. 285.

receber o apoio do povo. A promessa de combate à corrupção, a transformação do Brasil em uma grande potência, a eliminação do comunismo foram alguns dos argumentos discursivos utilizados no período militar para a manutenção e a fortificação do poder.

A trajetória política nacional traz como característica histórica não somente os problemas de ordem política e econômica, mas também a multiplicidade de interesses e poderes pessoais.

As ações políticas sempre tendiam, mesmo após 1930, para a efetivação dos interesses pessoais do grupo de poder. O interesse nacional era anulado pela corrupção moral e política, a favor da sobrevivência do poder¹⁶.

Aprendi, então, como os nossos dirigentes são incapazes de compreender e realizar a democracia, como temem a liberdade, que nunca conheceram; aprendi como se mostra a degradação de uma classe por definição de escol; como se organiza o Estado para a exclusiva injustiça; até a torpeza e o roubo; como é preciso não ser honesto, nem sincero, nem apto. Vi como evolui a corrupção, como se consagra a infâmia e a ignorância [...]¹⁷

Apesar das significativas transformações, ocorridas com a instauração da República, e com os processos de urbanização, o poder local representado pelos coronéis, nos anos de 1930, mantiveram a sua capacidade de resistir a qualquer mudança política. O golpe militar de 1964, da mesma forma, recebeu apoio dos oligarcas que associados a esferas ligadas ao desenvolvimento industrial deram sustentação ao avanço do regime militar. A concepção de poder sustentada na articulação de interesses produziu a cristalização de uma mentalidade autoritária que acabou por perdurar na política brasileira tanto no Império como na República.

Na época do regime militar, apesar do Brasil pretender avançar rumo à modernização, por intermédio do incentivo a industrialização, persistia na vida política o acordo de interesses entre os militares, os representantes dos setores urbanos e os demais grupos sociais predominantes. A repressão e as arbitrariedades praticadas, ao longo de todo o militarismo, impediram qualquer abertura em direção à democracia, ao passo que mantinham o poder do grupo dominante.

A existência de líderes autoritários não é prerrogativa exclusiva do Brasil. A história da América Latina está carregada de exemplos de condutas abusivas e exorbitantes no comando do poder. Vargas Lhosa é pródigo em narrar, com detalhes, os atos excessivos dos governantes latino – americanos, como também em se posicionar de modo crítico e contrário as condutas imoderadas.

16 REZENDE, Maria José de. O Arcaísmo político no Brasil: As contribuições de Maria Isaura Pereira de Queiroz lidas à luz do pensamento social brasileiro. Revista de História e Estudos Culturais. vol. 3, ano III, n. 4, out/nov/dez de 2006.

17 BONFIM, Manoel. O Brasil nação: realidade da soberania nacional. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.10.

Com o general Odría, a barbárie voltou a se instalar no Peru. Embora Odría tenha matado, detido e deportado uma boa quantidade de peruanos, seus oito anos de governo foram menos sanguinários do que outras ditaduras sul-americanas da mesma época. Em compensação, a sua foi mais corrupta. Não só porque os chefes do regime encheram os seus bolsos de dinheiro, mas também – algo ainda mais grave – porque a mentira, as mordomias, a chantagem, a delação e os abusos adquiriram caráter de instituição pública, contaminando toda a vida do país.¹⁸

As insatisfações econômicas e políticas, agregadas as aflições do viver, podem criar as condições ideais para o surgimento do autoritarismo, por intermédio da escolha de um salvador, capaz de servir como uma solução mágica para a solução de inúmeros sofrimentos.

Os movimentos, intitulados como messiânico e milenarista, pelos cientistas sociais¹⁹ constituem-se desde a crença em um salvador que colocará fim a uma ordem opressiva para dar lugar a uma fase de virtude e justiça, à atuação de uma parte do povo ou de um segmento da sociedade, no sentido de consolidar a nova ordem, perante a condução de um líder dotado de virtudes carismáticas²⁰.

O messianismo no Brasil pode ser visto na Guerra de Canudos, por meio de Antônio Conselheiro, e no Contestado, na figura dos monges João e José Maria. A liderança carismática surge como marca em Canudos, mas não no Contestado, no qual os monges apenas incentivaram a crença messiânica, sem terem presenciado o desencadeamento do movimento, devido a um deles ter desaparecido e o outro ter sido morto em combate.

Os líderes sertanejos brasileiros, na perspectiva de Maria Isaura Pereira de Queiroz²¹, envolveram-se em lutas políticas, porém, nunca tiveram a intenção de modificar a ordem já estabelecida, em razão de serem aliados de mandatários locais ou regionais. Dessa maneira, é possível presumir que mesmo na deflagração dos movimentos tidos como messiânicos e milenaristas houve o predomínio de interesses políticos e econômicos locais e regionais.

No caso do Contestado, muitos coronéis engajaram-se na luta somente para manter as vantagens decorrentes de sua posição econômica. No mesmo sentido, em Canudos, o Exército brasileiro, além de esfacelar o movimento, procurou apagar a sua memória.

Pelas considerações expostas, é possível verificar que as insatisfações, as carências e as necessidades conduzem, mesmo na sociedade contemporânea, a buscar um salvador, a fim de apaziguar os mal-estares da vida. Na política, é comum,

18 LHOSA, op. cit, p. 34.

19 NEGRÃO, Lísias Nogueira. Revisitando o messianismo no Brasil e Profetizando seu futuro. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 26, n. 46. Junho/2007.

20 NEGRÃO; op.cit, p.1..

21 QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. São Paulo: IEB, 1969,p.10.

em tempos de eleição, o surgimento de um messias beneficiado de capacidades mágicas, a prometer pôr fim a tanto caos.

Um dos casos mais recentes ocorreu no Brasil durante as eleições para presidente. Jair Bolsonaro apareceu no cenário eleitoral, como um enviado divino, que se sacrifica para promover uma nova era com a promessa do retorno à moral e à justiça. Apoiado em um discurso libertador, propaga a ideia de combate à corrupção e a criminalidade com o compromisso de reprimir e encarcerar os afiliados da esquerda e os adeptos do comunismo, tidos por ele, como os maiores culpados. Os argumentos de Bolsonaro ganharam força, em parte pela disseminação da discórdia nas redes sociais, e em outra, para agradar um segmento da sociedade insatisfeita.

Aproveitando-se dessa cultura messiânica, políticos populistas, como Getúlio Vargas e Luiz Inácio Lula da Silva, com objetivos eleitoreiros, mantiveram-se no poder. Identificado com a classe trabalhadora, Vargas alcançou o poder com o forte apoio sindical. Por sua vez, Lula se aproximou da classe menos favorecida com o compromisso de protegê-los, difundindo a crença, de que somente ele, poderia levar o Brasil para um futuro extraordinário.

A ascensão de políticos latino – americanos, por repetidas vezes, mostra como o messianismo e o populismo foram usados como estratégia para a chegada ao poder. A insistência de líderes populistas e messiânicos em se perpetuar no comando é nociva ao sistema republicano.

Um dos exemplos mais notáveis é Hugo Chávez, e seu sucessor Nicolás Maduro, ao conferirem um atributo sagrado as suas próprias mensagens. O boliviano, Evo Morales, também representa a geração de populistas e messiânicos., na defesa de suas origens étnicas, chegou ao poder de forma heróica, identificado como a população pobre e predisposto a lutar pelos direitos indígenas. Na mesma situação, encontra-se Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Cada um a seu modo, um do lado dos pobres, o outro como a voz da classe média abandonada pela esquerda, mas juntos no discurso salvador pronto e ensaiado.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há nada mais nocivo a um país do que estar submetido a uma retórica autoritária. Um ego individualista e propenso ao descontrole emocional é capaz de enterrar a esperança de uma existência próspera. O passado histórico da América Latina demonstra como os líderes populistas, messiânicos e autoritários usaram da estrutura do Estado, para perpetuar, os privilégios concedidos pelo poder. Imbuídos do papel de representantes da vontade geral sufocam o pensamento crítico e

silenciam as vozes livres.

Em governos autoritários, o ganho individual, em detrimento do interesse coletivo, é o propósito central, de quem não se importa em se beneficiar, à custa da mazela da maioria. As ilusões criadas por uma força política, intitulada como legítima e respeitável, servem tão somente para proliferar o cataclismo político e social. O carisma fabricado, alicerçado na imagem de salvador, permanece sendo uma das táticas preferidas, daqueles que insistem em se eternizar no poder.

Os últimos acontecimentos latino- americanos mostram uma realidade decadente proveniente da proliferação da cleptocracia. Mario Vargas Lhosa foi um dos escritores a divulgar, com variedade temática, os problemas de ordem política e econômica causados pela tradição autoritária. O panorama histórico descrito por Vargas Lhosa, em *Sabres e Utopias*, torna pública a irresponsabilidade e a corrupção desmedida, por tantas vezes comum, no cenário da América Latina. A sua maneira pessoal, oferece um testemunho sobre o legado do autoritarismo, representado pela desvalorização da participação política e pela fragilidade das instituições.

Da mesma forma, outras manifestações artísticas deram a sua contribuição na denúncia dos excessos cometidos pelos líderes autoritários. Os artistas, Rubens Gerchman, com sua escultura *Lute*, e o argentino Horacio Zabala, com seus mapas artísticos, questionaram a instabilidade política e a violenta repressão tão característica no período do regime militar.

Não há dúvidas de que o descuido com a democracia leva a uma desmobilização e um desengajamento da sociedade. Na atualidade, é frequente se deparar com o desrespeito às regras democráticas e a afronta às instituições tão características do gesto autoritário.

Negar acontecimentos históricos e adulterar a realidade é o recurso usado pela maior parte dos líderes latino- americanos. Qualquer artifício é válido para estar no comando. O culto a ignorância e a indução de pensamentos demonstram a governança irresponsável e descontrolada, favorável a conservar o atraso social e econômico.

A luta por manter os direitos e as garantias individuais deve ser um compromisso coletivo. Consentir com o ataque a separação dos poderes e apoiar a violência e a intolerância social está distante das atitudes esperadas de um governante democrático.

Do período colonial ao grito do Ipiranga, da velha República ao Estado Novo, de Getúlio Vargas, da Ditadura militar até os dias de uma inconstante democracia, o Brasil continua a abrir espaço para as promessas vãs, que em nada irão colaborar para o indispensável crescimento econômico. A combinação da democracia, da

inclusão social e do progresso econômico são os elementos básicos para o abandono definitivo do populismo, do messianismo e do autoritarismo.

Em contrapartida, tem-se multiplicado, em alguns países latino – americanos, a rejeição a direções autoritárias, por meio de intensos protestos, o que expõe o descontentamento com a continuidade dos tempos de penúria. O fracasso dos salvadores das pátrias tem sido recorrente diante da inviabilidade dos projetos políticos e a generalizada insatisfação.

A capacidade de responder pelos próprios atos, de agir de forma responsável está relacionada com a formação do indivíduo como cidadão. Viver em um país democrático é ser capaz de participar e de refletir, e antes de tudo, é ser consciente do conjunto de direitos e deveres.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. **Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana**. In: Dimensões, v. 29, 2012, p. 22-49. Franca: Revista de Pós Graduação da Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/?journal=dimensoes&page=article&op=view&path%5B%5D=5396>.

AGUILAR, Gonzalo; CÁMARA, Mario. **A máquina performática: a literatura no campo experimental**. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

ASTÚRIAS, Miguel Ángel. **O Senhor Presidente**. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: Mundaréu, 2016. Coleção Nosotros.

BONFIM, Manoel. **O Brasil nação: realidade da soberania nacional**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981, p.10.

BRESSER – PEREIRA, Luiz Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil. Para uma nova interpretação da América Latina**. São Paulo: Editora 34, 1996.

----- **Democracia, Estado social e Reforma gerencial**. ERA. vol. 50, nº 1, jan/mar. São Paulo: FGV, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O Presidente segundo o sociólogo**. Entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto de Toledo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira**. São Paulo: IEB, 1969, p.10.

LHOSA, Mario Vargas. **Sabres e Utopias: Visões da América Latina**. Tradução Bernardo Ajzemberg. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

MALAN, Pedro. **Uma certa ideia de Brasil: Entre passado e futuro**. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

NEGRÃO, Lísias Nogueira Negrão. **Revisitando o messianismo no Brasil e profetizando seu futuro**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol. 26, nº 46, jun/2001.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

REZENDE, Maria José de. **O Arcaísmo político no Brasil**: As contribuições de Maria Izaura Pereira de Queiroz lidas à luz do pensamento social brasileiro. Revista de História e Estudos Culturais. vol. 3, ano III, nº 4, out/nov/dez. Londrina: UEL.

SILVA, Sidney Reinaldo da. **Estado, Educação e Equidade no Brasil**: A formação gerenciada da cidadania. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América latina 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 187, 242, 262, 283
Assédio sexual 233, 234, 235, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 283
Ativismo digital 233, 235, 283
Autocomposição 138, 139, 145, 147, 148, 149, 154, 283
Autonomia 2, 55, 117, 120, 126, 129, 136, 140, 143, 146, 147, 179, 180, 189, 194, 215, 225, 239, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 264, 265, 266, 283
Autoritarismo 59, 60, 64, 66, 67, 69, 71, 72, 117, 283

C

Comércio internacional 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35
Competência 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 60, 85, 98, 125, 131, 140, 168, 170, 179, 180, 261, 270, 283
Contemporâneo 161, 166, 199, 205, 226, 228, 229, 266, 282, 283
Corrupção eleitoral 1, 8, 11, 12, 283

D

Dados pessoais 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 283
Defensoria pública 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 283
Demandas familiares 138, 139, 142, 153, 154, 283
Democracia 1, 2, 5, 6, 11, 12, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 99, 119, 130, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 166, 185, 188, 189, 204, 221, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 243, 245, 278, 279, 283
Depoimento especial 101, 102, 107, 110, 111, 112, 283
Devido processo legal 3, 88, 93, 109, 110, 131, 132, 133, 165, 175, 283
Direitos fundamentais 5, 7, 41, 43, 50, 52, 53, 56, 88, 92, 107, 108, 110, 117, 119, 121, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 238, 246, 278, 279, 283
Direitos humanos 25, 79, 87, 88, 96, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 126, 155, 160, 165, 166, 167, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 245, 282, 283

E

Educação 1, 47, 51, 73, 99, 114, 116, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 130, 143, 162, 163, 178, 217, 218, 223, 225, 230, 283
Enclausurados 88, 89, 95, 96, 98, 99, 283

F

Formação jurídica 257, 283

G

Google trends 184, 185, 186, 190, 192, 193, 194, 195, 283

Governança global 196, 197, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 284

I

Idoneidade moral 74, 75, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 284

Impetração inadequada 36, 284

Investigação social 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 84, 284

J

Juizados especiais 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 177, 180, 181, 182, 183, 284

Justiça militar 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 271, 284

L

Lex mercatoria 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 284

Literatura 59, 65, 67, 72, 105, 249, 284

M

Mandado de segurança 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 79, 82, 83, 85, 86, 133, 284

Marco civil da internet 48, 49, 52, 55, 57, 58, 284

Mediação 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 284

Modernidade reflexiva 196, 197, 198, 199, 200, 202, 203, 205, 284

Movimento social 235, 239, 284

N

Neoconstitucionalismo 156, 161, 263, 284

O

Oitiva de menores 101, 284

Opinião consultiva 102, 107, 111, 112, 113, 284

P

Políticas educacionais 114, 284

Presunção da inocência 82, 284

Proteção de dados 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 284

R

Relações privadas 127, 128, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 284

S

Saúde pública 208, 210, 213, 215, 216, 217, 218, 284

Sufrágio 1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 116, 223, 229, 284

Suicídio 219, 220, 284

T

Testamento vital 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 285

Transação penal 167, 169, 170, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 285

Trivialização 36, 41, 42, 44, 285

V

Violência sexual 101, 102, 107, 240, 243, 285

 **Atena**
Editora

2 0 2 0